Petróleo & Política
Ano II nº 24
Dezembro de 2000
Informativo da Associação dos Engenheiros da Petrobras - AEPET

IMPRESSO

2001

AEPET conclama para o desafio

O ano de 2000 que encerra a passagem do Segundo Milênio e nossa era marcou um período especial na luta dos brasileiros que hoje se preocupam com o futuro do país e com a soberania nacional.

Às voltas com o processo de globalização que só tem trazido desemprego, miséria e violência aos países em desenvolvimento, a sociedade começa a reagir no mundo inteiro, disposta a encontrar um ponto de equilíbrio entre a riqueza das nações do Primeiro Mundo e a miséria dos países do mundo subdesenvolvido.

A AEPET não se furtou a dar a sua parcela de contribuição nesse esforço e "arregaça as mangas" para, em 2001, reunir ainda mais forças para vencer a difícil tarefa de eliminar da vida nacional a visão estreita e as idéias distorcidas do neoliberalismo, defendidas por muitos brasileiros que ainda se prendem apenas aos seus próprios interesses. Especialmente, nossa luta continuará a ser na defesa das nossas empresas, do nosso patrimônio e de uma sociedade mais justa, principalmente a Petrobrás, a maior empresa do país.

Assim, a Diretoria da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, diante do início do Terceiro Milênio que se acerca, agradece aos seus associados, aos seus colaboradores, ao seu quadro de empregados e a todos os que, direta ou indiretamente, emprestaram a sua participação ao nosso trabalho ou deram seu apoio ao nosso programa de atividades. Aproveitamos para desejar a todos um futuro em que a satisfação coletiva seja a meta e a felicidade a recompensa, lembrando que todas as conquistas serão obtidas, apenas e tão somente, com o engajamento de todos nós na tarefa permanente de vencer desafios e demolir resistências à construção de uma sociedade mais justa, solidária e plural.

A Diretoria

A unidade de Bahia Blanca foi construída em 1925 e tem capacidade para processar 30 mil barris de petróleo por dia.

MEMÓRIA



Em 1963, alguns memorandos do mega-empresário Nelson Rockfeller a seus assessores informavam que o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, não estava cooperando muito com seus planos para a América latina. Ele se referia especialmente as ações que vinha empreendendo, com apoio da Agência Central de Inteligência norte americana – a CIA – para conquistar a Amazônia brasileira, através de um maciço reassentamento da população brasileira, com a migração da população do Nordeste. Como Kennedy estava convencido de que os problemas do Nordeste deveriam ser resolvidos no Nordeste, em vez de levar a população para o interior da Amazônia, ele, juntamente com o presidente brasileiro João Goulart, foi colocado na lista das pessoas que eram obstáculos para seus objetivos. Kennedy morreu em novembro de 1963 e Goulart sofreu um golpe em março de 1964.

(Matéria sobre o assunto nas páginas 4 e 5)

Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Avenida Nilo Peçanha, 50/ 2409. CEP: 20044-900
Rio de Janeiro/RJ.
Tel: (21) 533-1110
Fax: (21) 533-2134

Endereço Eletrônico:
aepet2@ax.apc.org
Página na Internet:
http://www.aepet.org.br

DIRETORIA

PRESIDENTE
Fernando Leite Siqueira

VICE-PRESIDENTE
Diomedes Cesário da Silva

DIRETOR DE PATRIMÔNIO
Heitor Manoel Pereira

VICE-DIRETOR DE PATRIMÔNIO
João Roberto Neves

DIRETOR DE COMUNICAÇÕES
José Conrado de Souza

VICE-DIRETOR DE COMUNICAÇÕES
Argemiro Pertence Neto

DIRETOR DE PESSOAL
Luiz de Campos Herdy Silva

VICE-DIRETOR DE PESSOAL
Sérgio Queiroz Lyra

DIRETOR CULTURAL
Paulo Sérgio Decnop Coelho

VICE-DIRETOR CULTURAL
Marcelo Salles

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS: Ricardo Maranhão, Pedro Francisco de Almeida Castilho e Sydney Reis Santos

SUPLENTES: Nelson Camanho da Costa Filho, Elie Abadie e Gerson Nakano

Petróleo & Política
Editado pela Assessoria de Comunicação Social
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Carlos Emiliano Eleutério
MTB: 12.524/RJ
Diagramação e Arte Final
J. Paulo Carneiro
IMPRESSÃO:
Márcio Delmiro

COMBUSTÍVEL ADULTERADO

Câmara poderá instaurar CPI para a gasolina podre

As denúncias de corrupção publicadas pela revista Isto É contra a ANP levaram a AEPET a pedir a CPI

A presidência da Câmara Dos Deputados está examinando pedido da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados para abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar as denúncias de corrupção na Agência Nacional do Petróleo (ANP), que estariam facilitando a adulteração de combustíveis e a sonegação de impostos.

As denúncias, publicadas em reportagem da Revista Isto É (edições de 18/10/00 e 25/10/00) intitulada "Gasolina podre: Por dentro da Máfia", levaram a AEPET a encaminhar o pedido a diversos deputados, inclusive do bloco de sustentação do governo no Congresso. Acatando a proposta da AEPET, o deputado federal Evilásio Farias (PSB/SP) tomou a iniciativa de formalizar o pedido de abertura da CPI ao presidente da Comissão de Minas e Energia, deputado Luiz Antônio Fleury Filho, que repassou o pedido à presidência da Câmara.

No documento enviado aos parlamentares, a AEPET denuncia a sensível queda da qualidade dos combustíveis distribuídos aos consumidores brasileiros, constatada pelo aumento significativo das denúncias na imprensa sobre sonegação fiscal e falsificação e adulteração de combustíveis nas revendas brasileiras". A entidade solicitou aos parlamentares que incluíssem nos temas a serem investigados pela CPI "a passividade da ANP frente às liminares das distribuidoras para não recolherem ICMS e PIS-COFINS"; "a aplicação dos recursos arrecadados pela ANP decorrentes das áreas devolvidas pela Petrobrás"; "os critérios de indenização pagos pela ANP à Petrobrás, como forma indenizatória aos investimentos realizados pela companhia (em relação às áreas devolvidas)"; e a justificativa técnico-econômica da autorização da ANP para que as centrais petroquímicas produzam gasolina a partir de solvente químico".



No documento enviado aos parlamentares, o presidente da AEPET, Fernando Siqueira, denunciou a sensível queda da qualidade dos combustíveis distribuídos aos consumidores

ANP legalizou a adulteração da gasolina através de portaria

As denúncias da AEPET já vêm sendo feitas há algum tempo. No último dia 10 de março, a entidade chegou a protocolar, na Agência Nacional de Petróleo (ANP), um documento protestando contra portaria daquela agência, que autorizava as centrais petroquímicas do país a produzirem gasolina a partir de solventes. Assinado pelo presidente da AEPET, Fernando Leite Siqueira, o documento também foi encaminhado ao ministro da Fazenda, Pedro Malan; e aos presidentes do Senado e da Câmara Federal, Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer.

O documento advertia que "o solvente químico (rejeito) vendido pelas centrais petroquímicas, quando adicionado à gasolina, se não for controlado, pode produzir um combustível de péssima qualidade. Por isso, tende a provocar sérios danos aos motores dos veículos. O texto citava ainda argumentos do engenheiro Henrique Pereira, da General Motors, segundo o qual um carro suporta até 30% de álcool misturado à gasolina. "Mas consome e polui muito mais, rende menos e tende a apresentar defeito a medio prazo. Já o solvente é mais forte e a corrosão acontece mais rapidamente". Por isso, acrescentava a denúncia, a ANP, que confessa não ter fiscais suficientes para policiar a sonegação de tributos e a adulteração de combustíveis, deveria explicar como as centrais iriam oferecer um produto de boa qualidade.

O trabalho alinhavava uma série de matérias publicadas nos principais órgãos de imprensa, demonstrando que a autorização, contida na minuta da portaria divulgada pela ANP, serviria apenas para oficializar a adulteração da gasolina e provocar queda substancial da receita da PPE (Parcela de Preço Específico) – recurso destinado a amortizar a dívida da União com a Petrobrás por meio da antiga conta petróleo, cuja cobrança já é questionada judicialmente.

O documento criticava ainda o pouco tempo disponibilizado pela ANP para discutir "um assunto de grande relevância e que, se aprovado (como foi), poderia causar sérios transtornos à política econômica do país". A Agência Nacional de Petróleo colocou a minuta da portaria em seu "Portal", na Internet, para receber comentários no período compreendido entre os dias 24 de fevereiro e 10 de março últimos – mas, segundo o texto, descontando-se os finais de semana e o período do carnaval, restaram poucos dias para a sociedade debater o tema.

O solvente químico (rejeito) vendido pelas centrais petroquímicas, quando adicionado à gasolina, se não for controlado, pode produzir um combustível de péssima qualidade.

"A ANP alega que não tem fiscais suficientes para policiar a adulteração de combustíveis e a sonegação de tributos."

NOTAS

Leilão da Norquisa

Uma operação no mínimo estranha foi sendo montada em torno do leilão do controle acionário da Norquisa – holding da indústria petroquímica formada pelos principais grupos privados nacionais -, de forma a favorecer o grupo Odebrecht. A manobra teria por objetivo facilitar a venda da participação acionária da Norquisa na Companhia Alagoas Industrial (CINAL) à Triken – subsidiária da Odebrecht - por um valor subfaturado, equivalente a cerca de apenas 10% do valor real de mercado.

A denúncia é de técnicos da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), que acusam a Triken – uma das quatro acionistas da CINAL – de montar um "esquema de pressão" junto aos outros três acionistas da CINAL – a Petrobrás, a própria Norquisa e o BNDES – na tentativa de forçar a conclusão da operação antes do dia 14 de dezembro, quando seria realizado o leilão da Norquisa, que acabou suspenso pela justiça, para evitar reações negativas do futuro controlador. A Odebrecht já participa do capital da Norquisa, juntamente com os grupos Mariani, Suzano, Ultra, Dow e Banco Econômico, este último em processo de liquidação no Banco Central.

A Triken já teria formalizado inclusive proposta de compra da participação dos demais acionistas, o que a transformaria em sócia majoritária. A Norquisa tem cerca de 14% das ações da CINAL, assim como a Petrobrás, que tem a mesma participação. Segundo os técnicos da AEPET, a Norquisa já aceitou vender sua participação por R$ 1,5 milhão. A Petrobrás, por sua vez, depois de avaliar sua parte no negócio, chegou à conclusão de que o valor real das ações seria de cerca de R$ 15 milhões.

"Seja feita a v



"A desculpa agora para invadir a Amazônia é de combate às drogas, mas o motivo real das intervenções é simplesmente a proteção dos interesses norte-americanos."
Gerard Colby

Casal de jornalistas no

tramas da CIA para ocu

Com este título, os jornalistas americanos Gerard Colby e Charlotte Dennett escreveram um livro que está chamando a atenção da sociedade brasileira e internacional sobre os planos do banqueiro Nélson Rockefeller para explorar a Amazônia, extrair minérios e ganhar dinheiro com o agrobusiness, apoiados diretamente pela Agência Central de Inteligencia (CIA) norte-americana. Para realizar este objetivo, Rockefeller chegou a contratar a organização missionária ultraconservadora conhecida no Brasil como Tradutores da Bíblia Wyelife, controlada pelo pastor protestante William Cameron Towsend, sob a alegação de pacificar tribos sul-americanas em terras ricas em petróleo e minerais raros.

O resultado foi uma série de atrocidades contra os índios durante o processo de evangelização, denunciadas no livro do casal. Numa palestra realizada em novembro último na sede da Associação de Engenheiros da Petrobrás (AEPET), os autores deixaram a platéia "de boca aberta" com as revelações sobre as estratégias de Rockefeller – que na década de 70 era um dos maiores latifundiários do Brasil – seu estreito relacionamento com a ditadura militar e sobre a preocupação com o Plano Colômbia. Para os jornalistas, o interesse de Rockefeller pela Amazônia era tão grande que o banqueiro americano teria financiado a queda dos presidentes Getúlio Vargas e João Goulart, de forma a anular as barreiras aos seus interesses pessoais e do governo norte-amerianos.

Gerard e Charlotte se conheceram no Brasil em 1979, durante a investigação sobre a atuação de Rockefeller no Brasil. Vinte anos depois, eles voltaram casados ao país para lançar um novo livro, em português, sobre a dizimação das populações indígenas da bacia Am
a promessa de org
Direitos Humanos
mentos de chacinas
na Amazônia. Na
falaram ainda sob
Norte-Americano
Estados Unidos, C
Segundo eles, o
Rockefeller para
impede a terceira g

Para o casal, as
pelos Rockefeller
pensar que o liv
maneira de evitar u
Uma estratégia be
dade do banqueir
em 1979. As suas
cada país, inclusiv
administrativo loca
os dos países latin
ricanos residentes
ções de como impl
O principal objetiv
governos para seu
tos, segundo pesqu
ram para a área
general Eurico Ga

"Vargas e Jang
táculos para Roc
chamava de o 'son
desenvolvimento
Amazônia. Jango
que denunciava os
eles o coronel John
tarde tornou-se o g
toda a América La

Colby acrescen
da operação que
Estados Unidos
financiar os projet

ossa vontade"

rte-americanos revela as par a Amazônia brasileira

azônica. O casal já teve anizações brasileiras de de que receberá docu- dos índios Cinta-Largas palestra, os jornalistas e a criação do Tratado le Livre Comércio entre anadá e México (Nafta). argumento da família bloco único é que ele uerra mundial.

fundações patrocinadas treinam as pessoas para e comércio é a única m conflito internacional. n peculiar na personali- americano, que morreu táticas eram incluir em no Brasil, um conselho , formado por empresári- s-americanos e de ame- o país, para ter informa- ementar seus programas. o era ganhar suporte dos s projetos. Esses conta- isa do casal, se estende- nilitar, chegando até o par Dutra.

o foram os grandes obs- kefeller realizar o que no brilhante', o plano de ue havia traçado para a incomodava muito, por- icos na Amazônia, entre Caldwell King, que mais ande homem da CIA em ina", disse Charlotte.

ou que King era o chefe mandava dinheiro dos ara o Brasil, a fim de s dos golpistas. Segundo ele, a CIA também controlava as operações de financiamento para projetos no Nordeste. Colby revel;ou que a Corporação Internacional de Economia Básica (Ibec), comandada por Rockefeller no Brasil, também foi acusada de distribuir dinheiro para os golpistas que eram contra Jango. Um relatório da CIA menciona que esta ajuda foi de US$ 20 mil. De acordo com o jornalista, o Ibec foi a instituição que escreveu as leis bancárias do Brasil para estabelecer linhas de crédito mais flexíveis a negociações para continuar com as operações na Amazônia, anunciadas pelos generais brasileiros.

"Rockefeller acreditava que o desenvolvimento da Amazônia daria um novo ânimo econômico aos Estados Unidos, assim como foi a colonização do oeste americano. Pensava que, pelo fato de não haver uma reforma agrária, era para a Amazônia que os agricultores brasileiros deveriam ir. A idéia era fazer um maciço reassentamento da população brasileira na bacia amazônica", revelou Charlotte.

Ela contou que o banqueiro americano chegou a fazer uma proposta ao presidente Getúlio Vargas para colonizar a Amazônia com refugiados europeus, mas Vargas recusou. Mais tarde, Rockefeller queria assentar os camponeses nordestinos na região, mas esta intenção foi desaprovada pelo ex-presidente americano John Kennedy. Para Charlotte, a ambição do milionário era desenvolver uma grande área no Brasil Central, já que detinha 1,3 milhão de hectares no Centro-Oeste em 1972, o que lhe conferia a condição de um dos maiores latifundiários do Brasil.

"Cheguei a ler memorandos de Rockefeller para seus assessores em 1973 que diziam que Kennedy não estava coope-



"Vargas e Jango foram grandes obstáculos para Rockfeller realizar o que chamava de "o sonho brilhante", o plano de ocupação que havia traçado para a Amazônia."

Charlotte Dennett

rando. E ele colocava Kennedy e João Goulart na lista das pessoas que eram obstáculos para seus objetivos. Kennedy morreu em novembro de 1963 e Goulart foi derrubado por um golpe em março de 1964", com a participação da CIA, disse Charlotte.

O casal não quis afirmar que os dois fatos ocorridos na década de 60 tenham ligação com Rockefeller, mas os dois presidentes eram obstáculos para as ambições do banqueiro americano. Segundo Colby, a Amazônia era um grande campo para os investimentos americanos. Ele disse que, além da extração dos recursos minerais e do desenvolvimento do agrobusiness, Rockefeller estava interessado na exploração do petróleo na região. Os dois jornalistas estão preocupados agora com o Plano Colômbia, que pode ser uma nova forma encontrada pelas corporações americanas de intervir na América Latina, principalmente na Amazônia.

"São sempre os mesmos argumentos de intervencionismo que já foram usados quando se falou sobre o perigo do comunismo no Vietnã, que também atingiu o Camboja e foi a desculpa para as guerras secretas no Laos. Agora, a desculpa é de combate às drogas. O motivo real das intervenções é simplesmente a proteção dos interesses americanos", disse Colby.

Segundo ele, é preciso entender que esse esquema não está necessariamente vinculado ao presidente americano eleito pelo povo, mas à máquina governamental americana, ao pessoal do Departamento de Estado, às autoridades da Segurança Nacional e aos lobistas. Para Colby, esses homens do governo são os mesmos que há décadas agem de maneira corporativista e são os que definem as necessidades do mercado.

"Essa gente olha assim para o resto do mundo e, para eles, o desenvolvimento só pode acontecer de acordo com as normas das corporações. Eles querem o menor número de vítimas possível em suas operações e não pretendem usar as tropas americanas para atingir seus objetivos. Só - e como última alternativa - analisam a proposta de enviar tropas americanas para a intervenção", acrescentou Colby.

Kennedy e João Goulart eram obstáculos aos objetivos de Rockfeller. Kennedy morreu em 1963 e Goulart foi derrubado por um golpe de Estado."

Comércio Exterior Cresce o poder de barganha das importações de petróleo

"O Brasil desembolsou 55,4% a mais com as suas importações de petróleo, de janeiro a novembro deste ano, mesmo com a redução de 16% no volume importado, decorrente do aumento da produção interna. Impulsionada pelo aumento de 84,4% no preço médio do barril de óleo no mercado internacional, os gastos com essas compras externas totalizaram US$ 3 bilhões".

A notícia publicada no jornal "Valor Econômico" reforça a tese da AEPET em defesa da utilização do petróleo como poder de barganha para alavancar as exportações brasileiras. A proposta dos engenheiros da Petrobrás, através da AEPET, foi formalizada ao presidente da Companhia, Henri Philippe Reichstul, e ao XX Encontro Nacional dos Exportadores (XX Enaex), realizado no Rio de Janeiro, em novembro passado.

Recentemente, o presidente da AEPET, Fernando Leite Siqueira, se reuniu com o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), Benedicto Fonseca Moreira, que se mostrou muito simpático à idéia. Ex-diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) e ex-Presidente da Petrobrás, Benedicto Moreira manifestou o apoio da AEB à iniciativa da AEPET, propondo uma parceria das duas entidades para viabilizar a proposta junto ao governo e à própria Petrobrás.

A estratégia de utilizar o petróleo como contrapartida às exportações do país já foi utilizada no passado, através da Interbrás, que funcionava como um braço comercial da Petrobrás no exterior. O mecanismo era tão eficiente que, em 1990, quando foi extinta, a Interbrás exportava mensalmente, em média, cerca de US$ 300 milhões. A Cotia, na ocasião a maior "trading" brasileira privada, exportava os mesmos US$ 300 milhões, só que anualmente. A Interbrás foi extinta com uma "canetada" do então presidente Fernando Collor de Melo.

Fundação PETROS Debate volta a desaconselhar migração para o novo plano

"O Plano de Contribuição Definida é muito mais adequado a países do Primeiro Mundo. onde o nível de poupança é maior."

- O Plano de Contribuição Definida (CD), que a direção da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (PETROS) está implantando para os novos associados e estimulando a migração daqueles atendidos pelo atual Plano de Benefício Definido, não deve ser incentivado em economias com baixa distribuição de renda e riqueza, como o Brasil. Isto porque o sistema não é regido pelo princípio da solidariedade, e a renda final de cada beneficiário vai depender de aportes de outros associados e do bom desempenho dos investimentos feitos pelos gestores do fundo.

Esta foi uma das conclusões do debate realizado no último dia 30 de novembro, na sede do Sindipetro/RJ, sobre o novo Plano de Benefícios elaborado pela PETROS, à luz da nova legislação previdenciária. Participaram, além de aposentados e empregados da ativa da companhia, o presidente da Associação dos Antigos Servidores do BNH, Franklin Falácio; e o Diretor de Planejamento da Previ (Banco do Brasil), Erik Persson, eleito pelos participantes do Fundo. Ambos os expositores desaconselharam a migração dos empregados da Petrobrás cobertos pelo plano de Benefício Definido para o plano de contribuição definida, que, segundo eles, é mais adequado a países do primeiro Mundo, onde o nível de poupança é maior.

- Em países do Terceiro Mundo, a realidade é outra - afirmou Erik Persson. Comparando um Plano ao outro, o diretor da Previ mostrou as vantagens e desvantagens de cada um, chegando à conclusão de que o Plano de Contribuição Definida só tem vantagens na visão de seus criadores e gestores: "Eles garantem que o CD elimina, por exemplo, o risco de insolvência devido à falência da patrocinadora e estimula o interesse do associado em fiscalizar". Para ele, mesmo que isso possa ser considerado vantagem, as desvantagens são maiores, explicou.

Entre outros pontos, o novo plano elimina o princípio da solidariedade, além do risco de as contribuições patronais e pessoais, acrescidas das rentabilidades, serem insuficientes para a manutenção dos benefícios. "No benefício definido, existe a repartição solidária, todos contribuem de acordo com o que ganham, ou seja, o valor da quota a ser paga é definido antecipadamente. Na contribuição definida, o regime é de capitalização e o trabalhador é quem define com quanto quer contribuir". Outro ponto que destacou é que o BD – que predomina praticamente no mundo inteiro - é vitalício e independe dos ativos; eventuais déficits são cobertos pela patrocinadora. Todos contribuem para que o grupo receba no futuro e os dependentes passam a receber o benefício em caso de falecimento do titular" . O CD, ao contrário, não é vitalício, "e com o aumento da expectativa de vida da população, anunciado pelas estatísticas, a tendência é o benefício dele não garantir a cobertura por toda a vida do contribuinte", afirmou o diretor da Previ. Além disso, "se o beneficiário quiser as mesmas vantagens do sistema BD, tem que pagar mais por isso" concluiu.

"O Plano de Contribuição Definida embute interesses não confessáveis. É o modelo proposto pelo Fundo Monetário Internacional – FMI – cujo objetivo é acabar com a previdência publica. No Brasil, hoje, a contribuição está reduzida a 10 salários mínimos, e o governo propõe uma redução para três, até chegar a apenas um salário mínimo", afirmou o presidente da Associação dos Antigos Servidores do BNH. Para Franklin Falácio, o que o governo quer com essas mudanças é tirar sua responsabilidade sobre o patrocínio dos fundos de pensão, especialmente os mantidos por empresas estatais que deseja privatizar.

Na sua visão, o Plano de Benefício Definido é um sistema verdadeiramente previdenciário, na medida em que abrange toda a família do contribuinte. Já o CD proposto na Petrobrás representa "um verdadeiro golpe", na medida em que divide os trabalhadores dentro do próprio fundo, definindo um modelo para os novos empregados da ativa e incentiva a migração dos aposentados da Petrobrás. "O CD só interessa aos grandes bancos e às grandes seguradoras. Neste sistema, se os recursos forem mal aplicados, quem perde é o beneficiário", explicou.

Petróleo AEPET se mobiliza para tentar impedir nova rodada de entregas



A AEPET está conclamando a sociedade de maneira geral, os técnicos e as entidades afinadas com o crescente movimento em defesa da soberania nacional, a se unirem ao esforço da Associação na tentativa de barrar a terceira rodada de licitações de blocos para a exploração de petróleo que vai representar a entrega total da Bacia de Campos a grupos multinacionais.

Segundo a entidade, a Agência Nacional de Petróleo - ANP – órgão criado com a reforma do Estado imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e por governos estrangeiros, já entregou boa parte do subsolo brasileiro para empresas multinacionais, com duas rodadas de licitação de blocos. "Só não entregou mais áreas, porque a Petrobrás tem participado das licitações e tem conseguido ganhar alguns blocos", explicam os técnicos da AEPET.

Alguns membros do governo, defensores da "abertura total" do país ao exterior, têm feito, inclusive, declarações contrárias à participação da Petrobrás nessas licitações. Ocorre que, se o projeto do governo FHC for adiante, após a quarta rodada de licitações, prevista para meados de 2002, todas as áreas mais promissoras para descoberta de petróleo no território nacional já terão sido licitadas

Segundo os argumentos da AEPET, "é uma balela" afirmar que, em futuro próximo, o desenvolvimento tecnológico de fontes alternativas de energia fará com que estas substituam o petróleo no suprimento para as economias mundiais. "Os países desenvolvidos do planeta consomem 75% do total do consumo mundial de petróleo, enquanto contribuem com menos 5% da produção mundial", o que indica que a energia do petróleo ainda será primordial às nações do Primeiro Mundo, já que não se muda um modelo em pouco tempo.

Mesmo na hipótese de ocorrerem substituições energéticas, as economias que migrarem para os novos energéticos, pelo menos nos próximos 30 anos, perderão competitividade no comercio mundial. "Logo, ter garantia de suprimento de petróleo significa ainda ter a garantia de capacidade de crescimento". Diante disso, os governos dos países desenvolvidos continuam, hoje, induzindo e apoiando, de todas as formas possíveis, a corrida das empresas petrolíferas de seus países, para tomarem, como propriedades suas, as reservas petrolíferas dos países subdesenvolvidos.

"Essa última afirmação é uma conclusão irrefutável, se analisarmos o que está acontecendo com os setores de petróleo dos países subdesenvolvidos não produtores de óleo, mas com possibilidade de virem a ser grandes produtores, como é o caso do Brasil", afirmam os técnicos da AEPET.

Do ponto de vista legal, as atitudes do governo também são questionáveis. A lei 9478/97, chamada Lei do Petróleo, que, na prática, quebrou o monopólio estatal do petróleo, determina que esse bem, enquanto está no subsolo, continua pertencendo à União. No entanto, após as concessionárias escolhidas para a exploração e a produção retirarem o óleo do interior da terra e pagarem os impostos e taxas, passam a ser as proprietárias dele, podendo inclusive exportá-lo.

Programa **Faixa Livre**

Ouça diariamente de 7h:30min às 9h:00 *Rádio Guanabara* 1360 kHz - AM

A crise brasileira e suas soluções em debate!